



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA ATIVIDADE CONSULTIVA
PRCON



Parecer APROVADO pelo Exmo. Sr.
Procurador-Geral do DF, em 02/02/2016 e
pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em

/ /20

Parecer n. 49 /2016-PRCON/PGDF
Processo nº 110.000.070/2014
Interessado: SO
Assunto: Instalação Energia

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. CENTRO ADMINISTRATIVO. OBRAS DE EXPANSÃO E DE REFORÇO DO SISTEMA ELÉTRICO. RESPONSABILIDADE PELO CUSTEIO E EXECUÇÃO. PARECER N. 379/2014-PROCAD/PGDF.

1. A necessidade de obras de expansão e de reforço do sistema elétrico para viabilizar o funcionamento do CADF não decorre de fato superveniente e, portanto, estava presente ao tempo da licitação. Embora não tenha sido prevista no projeto que subsidiou a licitação, a Concessionária assumiu expressamente esse risco.
2. O DISTRITO FEDERAL, à luz do Contrato de Concessão, não é o consumidor da energia elétrica fornecida pela CEB, mas do serviço de manutenção e operação do CADF prestado pela SPE, a qual se utiliza da energia como insumo.
3. Parecer opinando pela manutenção do entendimento firmado no Parecer n. 379/2014-PROCAD/PGDF.

Folha nº 935
Processo nº 110.000.070/2014
Rubrica: [assinatura] Matrícula: 227146X

1. RELATÓRIO

Consulta-nos a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL nos seguintes termos:

“ i) quem é o empreendedor da referida obra – o GDF, a CADF, ou ambos ?

ii) uma vez definido quem é o empreendedor, a quem cabe a execução de obras adicionais de infraestrutura para fornecimento de energia elétrica, bem como todo ônus decorrente da execução de tais obras”.

SAIN, Bloco “I”, Brasília – Distrito Federal – CEP 70.620-000
Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, 1º andar
Telefone: (61) 3325-3330

A controvérsia subjacente se refere ao Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF, mais propriamente porque há necessidade de se realizar obras de expansão e de reforço do sistema elétrico para viabilizar o fornecimento e distribuição de energia elétrica para o Centro, mas a CEB afirma não se tratar de hipótese em que a referida empresa estivesse obrigada a providenciar a infraestrutura de modo gratuito ou compartilhado com o empreendedor, enquanto permanece a dúvida se, nesse caso, o agente responsável pelo ônus e pela execução da infraestrutura seria o Distrito Federal ou a SPE responsável pelo CADF.

Os autos vieram à Procuradoria-Geral do DF, em 06 de junho de 2014 (fls. 750 verso) e o tema foi objeto do Parecer n. 379/2014, da lavra do Procurador do DF **Rodrigo Alves Chaves**, aprovado pela Chefia da PROCAD (fls. 764) e pela Procuradora-Geral do DF (fls. 765).

Nesse opinativo, o parecerista entendeu que “o custeio deva ser repassado ao consumidor final, estando com razão a CEB Distribuição S/A” (fls. 757), bem assim “que os custos com serviços e materiais relativos à infraestrutura básica de energia elétrica do CADF devam ser integralmente suportados pela Concessionária CENTRAD” (fls. 761).

A Concessionária apresentou a Carta n. 063/2015-CENTRAD (fls. 856/870) postulando a **reconsideração** da conclusão adotada por esta Procuradoria e, para tanto, elenca os seguintes fundamentos:

“ 1. A responsabilidade pelo fornecimento de energia elétrica é do Poder Concedente, e sendo este o proprietário do empreendimento, é o responsável pelo investimento necessário para realização de obras adicionais de infraestrutura para atendimento da demanda. A obrigação foi tratada antes mesmo do procedimento licitatório, e não foi dada continuidade e implementação das obras.

2. Consta dentre as obrigações do Governo do Distrito Federal, na cláusula 12.1.25.1 do Contrato de Concessão Administrativa, a responsabilidade pelo fornecimento de energia elétrica ao Centro Administrativo do Distrito Federal;

Folha nº:

936

Processo nº

110.000.070/2014

Rubrica

Matrícula: 227146X

2

3. Foi demonstrado o entendimento equivocado das responsabilidades de cada parte do Contrato de Parceria Público-Privada pelo Parecer AJL nº 147/2014, que subsidiou a manifestação da Procuradoria;
4. Restaram esclarecidos aqui alguns termos técnicos e definições de conceitos fundamentais na legislação e que não foram considerados pela Secretaria de Estado de Obras em sua consulta à PGDF;
5. No caso em epígrafe, não há de se falar em erros ou omissões dos documentos licitatórios, Contrato de Concessão Administrativa, tampouco Projeto Básico, uma vez que a Planilha de Quantitativos refletiu corretamente os serviços que deveriam ser executados pela Centrad referentes às 'ligações provisórias e definitivas', conforme cláusula contratual 6.8.4;
6. A Centrad, responsabilizada contratualmente pela ligação provisória e definitiva de energia elétrica, executou o ramal de ligação até a unidade consumidora, localizada no ponto de entrega, sendo essas as condições para que ocorresse a ligação de energia;
7. Foi demonstrado que o Distrito Federal, não alienou tampouco transferiu a propriedade do lote ou empreendimento à Centrad, sendo o consumidor, no caso o GDF, responsável pelo pagamento das faturas de energia elétrica do Centro Administrativo Federal e destinatário final dos serviços fornecidos pela CEB;
8. A CEB e a Terracap, cientes da responsabilidade pelo fornecimento de energia elétrica, já haviam tratado da necessidade de execução de infraestrutura elétrica, já que essa responsabilidade não é da Centrad;
9. Sendo o Poder Concedente O CONSUMIDOR da energia, a própria Secretaria de Obras celebrou o Contrato nº 169/2014, de fornecimento de energia elétrica, como mostra documento anexo. Ora, nessa diapasão, contraditório é o entendimento de que a Centrad seria responsável por realizar a infraestrutura elétrica, quando a detentora do consumo é o próprio Governo do Distrito Federal, por meio de seus servidores;

folha nº: 937

Processo nº 110.000.070/2014

Rubrica: [assinatura] Matrícula: 22346

[assinatura]
3

10. De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 414/2010, em função das condições ora apresentadas, cabe ao consumidor a responsabilidade pela execução de obras de infraestrutura elétrica necessárias para atendimento da demanda de energia elétrica do empreendimento”.

Os autos retornaram à Procuradoria-Geral do DF em 11/05/2015 por determinação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (fls. 875/876), após provocação da Subsecretária de Parcerias e Concessões (fls. 871), mas foram solicitados pelo órgão consulente para “suplementar informações” (fls. 877).

A Concessionária repetiu às fls. 888/901 o arrazoadado que apresentara às fls. 856/870.

Às fls. 931, a Gestora do Contrato, Evanilda Gentil Evangelista, após defender que no Projeto Básico “*não consta, de forma expressa, informação acerca da implantação da infraestrutura de energia elétrica necessária ao CADF*” e que a “*implantação de infraestrutura de energia elétrica necessária ao Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF foge ao alcance da gestão contratual, e deve ser dirimido pela Administração Pública/Poder Concedente*”, sugere novo encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral do DF.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A argumentação da Concessionária é sedutora, mas não convence.

Para demonstrar não ser dela a responsabilidade pela infraestrutura necessária a viabilizar o fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, resgata definições de **consumidor, unidade consumidora, ponto de entrega e ramal de ligação** para, enfim, invocar a cláusula 12.1.25.1. do Contrato de Concessão e concluir que é do Distrito Federal essa incumbência porque “*quem fará o uso de energia elétrica fornecida pela CEB serão os servidores do Governo do Distrito Federal que serão alocados no Centro Administrativo*”.

O argumento faria sentido se o caso fosse de contratação de obra, seguindo a sistemática da Lei n. 8666/93, ou seja, a mera execução de projeto apresentado pelo Poder Público, sem compromisso da empresa com a qualidade desse projeto e sua funcionalidade, encerrando sua obrigação com a conclusão da obra e seu recebimento definitivo pelo Contratante.

folha nº: 938
Processo nº: 110.000.070/2014
Matrícula: 27146x



4

Nessa hipótese – inócurrenre nos autos – pouco importaria à Contratada se o Poder Público tivesse deixado de providenciar a infraestrutura básica para o fornecimento de energia elétrica, pois já teria recebido a contraprestação descrita no contrato e suas responsabilidades teriam se exaurido nos exatos limites do objeto, ressalvada a solidez da obra.

O DISTRITO FEDERAL, porém, não contratou com a Concessionária a execução de uma obra.

Demandou-lhe um complexo de serviços – precedidos de obra – dos quais a própria Administração será a usuária e, para tanto, pagará a devida contraprestação, na benfazeja definição contida no art. 2º, § 2º da Lei n. 11079/2004:

“§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.”

Embora a Administração tenha apresentado um Projeto na licitação, não se comprometeu com sua perfeição e confiou à Concessionária elaborar sua proposta considerando a análise própria sobre o que fosse razoavelmente necessário à conclusão da obra e, principalmente, à viabilização do serviço esperado.

Consulte-se, a propósito, a redação da Cláusula 18.2 do edital (fls. 411), que prevê expressamente a assunção do risco do projeto:

“18.2. Sobre os riscos na execução do projeto pelo parceiro-privado:

a) as partes assumem que a cessão de direitos relativa aos projetos define as responsabilidades entre os cessionários dos mesmos e os ora CONTRATADOS, parceiros-privados, sendo de integral responsabilidade destes últimos o exame de consistência e viabilidade técnica de tudo quanto consta nesses documentos;

Folha nº: 939

Processo nº: 110.000.070/2014

Rubrica: [assinatura] Matrícula: 227146x



b) os erros em que incorreram os cessionários do projeto, que não forem possíveis de perceber em criterioso exame técnico dos projetos e documentos, serão de responsabilidade do cessionário dos direitos e do parceiro-privado, não respondendo a Administração em qualquer hipótese pelos erros do projeto;"

O edital exigiu, ainda, como condição para habilitação, uma **Declaração de Visita Técnica** à área (item 10.1.9), de modo que a SPE sequer pode alegar desconhecer o local em que seria erigido o empreendimento e, pois, se não sabia, **deveria saber da necessidade** de se complementar a infraestrutura necessária ao fornecimento de energia elétrica para o devido funcionamento do Centro Administrativo, considerando referido custo em sua proposta econômica.

Como a Administração não se comprometeu com a qualidade do projeto, cujo risco de deficiências foi **assumido** pela Concessionária, perde relevância o fato de essas instalações complementares exigidas pela CEB **não constarem** no Projeto ou em suas planilhas de custo.

A então licitante, aliás, assumiu que sua proposta contemplava todos os itens **necessários à prestação do serviço**, conforme se lê dos itens 5 e 8 do anexo 1 ao Edital:

"5. O preço ofertado deverá incluir todos os custos envolvidos na execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, inclusive os relativos à construção, compra de equipamentos, pessoal, despesas de instalação, operação e manutenção durante todo o prazo do CONTRATO.

[...]

8. A determinação das receitas e dos custos apresentados pela CONTRATADA em sua proposta e respectivas PROJEÇÕES FINANCEIRAS, bem como as variações decorrentes das obrigações assumidas são de sua exclusiva responsabilidade, sendo que eventuais erros ou omissões não serão considerados para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, constituindo risco exclusivo da CONTRATADA a avaliação de tais aspectos."

Folha nº:

940

Processo nº:

110.000.070/2014

Rubrica:

Matricula: 227146X

6

Diferentemente do que sugere a Concessionária, não se estabeleceu obrigação expressa, tampouco implícita (fosse esta permitida) do Poder Concedente providenciar a infraestrutura adicional necessária ao fornecimento de energia elétrica, segundo se observa das disposições previstas na Cláusula 11 do Contrato.

Já a Concessionária assumiu na Cláusula 12 o dever de responder, *“durante a vigência deste CONTRATO, pela construção, operação, funcionamento, manutenção e conservação do CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL, em tudo devendo diligenciar para que este atenda permanentemente ao fim a que se destina”* (12.1.5) e assumir *“integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução do OBJETO deste CONTRATO, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO”* (12.1.6).

Ainda lhe tocou arcar *“com todos os custos relacionados a estudos e licenciamentos sob a sua responsabilidade, bem como os custos relacionados à adoção das providências e investimentos necessários para atender às exigências dos órgãos e entidades públicas competentes”* (12.1.23).

Também não vinga o argumento de que o contrato *“estabelece claramente, no item a2) da Cláusula 12.1.25.1, como sendo o CONTRATANTE o responsável pelas obrigações decorrentes dos serviços de energia elétrica”*.

Aliás, é exatamente o oposto que estipula o contrato, já que o fornecimento de energia é obrigação da Concessionária (que a adquirirá da CEB), tanto que o valor a ser apurado sequer depende do efetivo consumo, mas já está contemplado na proposta econômica da SPE.

Leia-se, a propósito, a cláusula 12.1.25 omitida pela Concessionária em seu arrazoadado:

“12.1.25 O valor referente ao consumo de energia elétrica e de abastecimento de água e coleta de esgotos será considerado como risco da CONTRATADA e para sua definição será observado o seguinte:”

E, ainda, o subitem 12.1.25.1:

Folha nº: 941

Processo nº: 110-000.030/2014

Rubrica: [assinatura] Matrícula: 227146x

7

"12.1.25.1 Considerado como integrante do valor do contrato de PPP, até o valor limite estabelecido no ANEXO 14 deste Contrato (ANEXO 27 DO EDITAL), por critérios que reflitam o atual consumo médio homem/hora, hipótese em que deverá:

a1) ser previsto na PROPOSTA ECONÔMICA para todos os fins, inclusive definição do valor da parcela variável da contraprestação;

a2) retido pelo CONTRATANTE e pago diretamente às respectivas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de abastecimento e coleta de esgotos;"

Obviamente que a retenção prevista na alínea a2 não transforma o Poder Concedente em consumidor – como pretende fazer crer a Concessionária – porque a previsão apenas pretende garantir que o pagamento efetivamente será providenciado. Aliás, se a obrigação fosse mesmo do Poder Público, não caberia falar em retenção do valor da contraprestação devida à concessionária, mas em obrigação autônoma.

A disciplina do contrato, portanto, é clara em estabelecer que o consumidor da energia elétrica fornecida pela CEB é a SPE, que a insere como insumo no serviço prestado ao Poder Público (operação e manutenção do complexo).

Por isso não importa – **nunca importou** – à Administração Pública quais medidas adicionais deveriam ser tomadas – **nem por quem** – para que a energia elétrica seja fornecida ao Centro Administrativo, porque ela não é consumidora de energia elétrica, mas **do serviço prestado pela Concessionária que é quem necessita**, para prestar esse serviço (operação e manutenção do complexo), de adquirir energia da sua distribuidora.

Daí ser indevida, também, a **interpretação restritiva** que pretendeu se atribuir à obrigação prevista no subitem 6.8.4 do Contrato:

"6.8.4 A CONTRATADA arcará com as despesas das ligações provisórias e definitivas dos serviços das concessionárias de serviços públicos, relativas ao fornecimento de água e coleta de esgotos, telecomunicações, energia elétrica e coleta de águas pluviais".

Folha nº

942

Processo nº

110.000.020/2014

8

Nada há no **contrato** ou mesmo nas regras invocadas pela Concessionária às fls. 867 que permita uma interpretação no sentido de que a obrigação da CONTRATADA se restringiria às “*instalações elétricas internas do empreendimento que devem ser executadas até o ‘ponto de entrega’*”, especialmente quando **está demonstrado que esse serviço é insuficiente** para viabilizar a energia elétrica necessária à prestação do serviço ao Poder Concedente.

Diante desse quadro, perde relevância no âmbito do contrato administrativo a discussão sobre a **propriedade do lote** e, ainda, se a área tem ou não infraestrutura básica de energia elétrica (fls. 865) para se saber se o custo das obras deve ser parcial ou integralmente satisfeito pela Concessionária (vide Resolução Normativa n. 414/2010-ANEEL), pois o debate sobre esse último ponto há de ser travado pela SPE com a CEB, não com o Poder Público **consumidor dos serviços de operação e manutenção do CADF**.

Também **não é influente** que antes da licitação o Poder Público tenha cogitado de custear as obras porque após a licitação a matéria passou a ser regulada pelo contrato de concessão. Tampouco se pode dar importância ao contrato celebrado pelo Distrito Federal com a CEB para fornecimento de energia com a demanda mínima de 30kW (fls. 776/785), pois este fato não tem aptidão para **alterar** o próprio Contrato de Concessão, inclusive por força do que dispõe a Cláusula 50 do ajuste:

“50.1 O não-exercício ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assiste a quaisquer das PARTES por este CONTRATO, não importa em renúncia a este direito, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação, ressalvas as hipóteses específicas previstas neste CONTRATO”.

Além de ser atribuição da SPE providenciar a infraestrutura faltante, **não lhe assiste o direito de acionar** a cláusula de recomposição porque **não se está diante de fato imprevisível (13.1) e superveniente (12.1.26.c)**, mas de situação de fato que já existia ao tempo da licitação e que demandaria as obras de extensão e reforço, embora não tenham sido previstas pela licitante.

Folha nº:

943

Processo nº:

110.000.070/2014

Rubrica:

Matrícula: 227146X

9

A obrigação de pagamento dos custos pelo consumidor, ademais, remonta ao **Decreto n. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957** (art. 142), antes mesmo do advento da **Resolução Normativa n. 414/2010-ANEEL**.

Finalmente, embora o ponto já não seja tão relevante para o deslinde da controvérsia, não é difícil avaliar quem seria o EMPREENDEDOR do CADF.

O item 1.1.16 do contrato define **EMPREENDIMENTO** como o *"Conjunto de atividades necessárias e suficientes para a construção, operação e manutenção das unidades componentes do CADF"*.


E como a **responsabilidade** pela construção, operação, funcionamento, manutenção e conservação do CADF é da SPE (item 12.1.5 do contrato), que assumiu os riscos ordinários pelo empreendimento, natural concluir ser ela a **empreendedora**, prestadora de serviços ao DISTRITO FEDERAL.

3. CONCLUSÃO


Ante o exposto, **opino** pela manutenção do entendimento firmado no **Parecer n. 379/2014-PROCAD/PGDF**, sem assistir direito de recomposição à Concessionária.

À superior consideração.

Brasília, 18 de janeiro de 2016.


WESLEY RICARDO BENTO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 18.566

1. NUMERADO DEVIDO ERRO:	
FOFHAS	944
Rubrica	elma 4382-6
	Matricula

folha nº: 945
Processo nº: 110.000.070/2014
Rubrica:  Matricula: 2271468

folha nº: 944
Processo nº: 110.000.070/2014
Rubrica: elma Matricula: 213182-6



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 110.000.070/2014
INTERESSADO: Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal
ASSUNTO: Instalação Energia. Fornecimento de energia elétrica para o Centro Administrativo de Taguatinga – DF.

MATÉRIA: Administrativa

Folha nº. 945
Processo nº. 110000.070/2014
Rubrica: *[assinatura]* Matrícula: 43182-6

APROVO O PARECER Nº 0049/2016 – PRCON/PGDF, exarado pelo
ilustre Procurador do Distrito Federal Wesley Ricardo Bento.

Em 02 / 02 /2016.

[assinatura]
JANAÍNA CARLA DOS SANTOS MENDONÇA
Procuradora-Chefe
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo. Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Em 02 / 02 /2016.

[assinatura]
KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos do Consultivo



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA ATIVIDADE CONSULTIVA
PRCON



Parecer n. **353/2016-PRCON/PGDF**

Processo n° **410.001.153/2016**

Interessado: **SEPLAG**

Assunto: **Conservação Bem Público**

Folha n°	83
Processo n°	410.001.153/2016
Rubrica:	<i>telma</i> Matrícula: 43182-6

Parecer APROVADO pelo Exmo. Sr.
Procurador-Geral do DF, em 06/06/2016 e
pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em
_____/_____/20____.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PPP. CADF.
MANUTENÇÃO. INDENIZAÇÃO.

1. Diante da renitência da CENTRAD em executar as medidas mitigadoras indicadas no Relatório de Impacto de Trânsito, cuja incumbência contratual lhe toca segundo apontado no Parecer n. 007/2016-PRCON/PGDF, torna-se inviável a expedição de novo Habite-se e, por sua responsabilidade, também inviável a imissão na posse do bem pelo DISTRITO FEDERAL.

2. Enquanto não entrar em operação o CADF, nenhum valor é devido pelo DISTRITO FEDERAL à Concessionária, cabendo a ela, por sua conta, manter as instalações em condições de serem entregues em perfeito estado de funcionamento (item 12.1.5) ao DF no momento contratualmente previsto (item 14.5.9.2).

1. RELATÓRIO

1.1 Consulta-nos a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL sobre a viabilidade jurídica de se promover a indenização da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal pelos gastos incorridos com a manutenção da estrutura sem a ocupação pelo Distrito Federal.

SAIN, Bloco "I", Brasília – Distrito Federal – CEP 70.620-000
Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, 1º andar
Telefone: (61) 3325-3330

1.2 A dúvida decorre de requerimento formulado às fls. 07/10 e que se alicerça nos seguintes fundamentos:

- a) “de junho até dezembro de 2014 parte das edificações constantes no escopo do Contrato de Concessão foram concluídas e entregues ao Poder Concedente”;
- b) “se encontram concluídas e com vistorias aprovadas pelas concessionárias de serviços públicos(...) e órgão de fiscalização(...) edificações que correspondem a 56%(...) do total das obras”;
- c) “Ao longo do ano de 2015 a Concessionária alertou inúmeras vezes em cartas e por meio de reuniões presenciais, acerca da disponibilização do patrimônio face à conclusão de parte das obras do CADF e das consequências pela não utilização do empreendimento”;
- d) “estão sendo mantidas equipes mínimas de operação e manutenção com o objetivo de evitar danos de maior complexidade ao patrimônio de propriedade do Governo do Distrito Federal pela falta de utilização”;
- e) “nesses últimos 20 (vinte) meses desde a primeira entrega de edificações, a Concessionária tem dispendido mensalmente monta significativa e não prevista originalmente no Contrato de Concessão, já desequilibrado econômica e financeiramente, para preservar o patrimônio público de propriedade do Governo do Distrito Federal, sendo que nenhuma ação concreta do Poder Concedente tem sido realizada durante esse período no sentido de viabilizar a ocupação e efetivamente usufruir dos benefícios pelos quais o empreendimento foi concebido”.

Folha nº	84
Processo nº	410.003.153/2016
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Matrícula:	43182-6

2

1.3 A Nota Técnica n. 03/2016-UPP/SEPLAG (fls. 02/05) conclui que “da análise das cláusulas do contrato de PPP do CADF, que a manutenção e conservação do CADF é da responsabilidade exclusiva da Centrad”, recomendando o encaminhamento da questão à Assessoria Jurídico-Legislativa do órgão consulente, a qual, por sua vez, o reencaminhou à Procuradoria-Geral do DF.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Não procede a informação da CENTRAD de que teria entregue parte das obras ao DISTRITO FEDERAL “desde julho a dezembro de 2014” porque a Cláusula 14.5.9.2 prevê que após “a expedição da carta de ‘habite-se’ pela CONTRATADA, o CONTRATANTE será imediatamente notificado para imitir-se na posse do CADF no prazo de até 30 (trinta) dias”.

2.2 Como se sabe, só ocorreu a expedição do ‘habite-se’ no apagar das luzes do ano de 2014 e, ainda assim, com atropelo das regras vigentes e contrariando decisão judicial, tanto que o referido ato administrativo **foi logo anulado em 09/02/2015** por decisão proferida nos autos do Processo n. 2014.01.1.161493-2, confirmada no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2015.00.2.005753-4.

2.3 Tampouco se pode tratar o empreendimento como autêntico patrimônio público gerido e mantido pelo DISTRITO FEDERAL, pois como é próprio dos contratos dessa espécie, somente ao término da concessão é que a obra implantada será revertida ao Poder Concedente, após se ter quitado a parcela de amortização inserida na contraprestação (item 28.1 do contrato).

2.4 Diante da renitência da CENTRAD em executar as medidas mitigadoras indicadas no Relatório de Impacto de Trânsito, cuja incumbência contratual lhe toca segundo apontado no Parecer n. 007/2016-PRCON/PGDF, torna-se inviável a expedição de novo Habite-se e, por sua responsabilidade, também inviável a imissão na posse do bem pelo DISTRITO FEDERAL.

Folha n°	85
Processo n°	110.003.153/2016
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Matrícula	43182-6

2.5 Enquanto não entrar em operação o CADF, nenhum valor é devido pelo DISTRITO FEDERAL à Concessionária, cabendo a ela, por sua conta, manter as instalações em condições de serem entregues em perfeito estado de funcionamento (item 12.1.5) ao DF no momento contratualmente previsto (item 14.5.9.2).

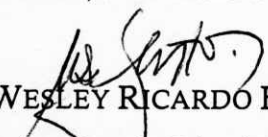
3. CONCLUSÃO

3.1 Ante o exposto, **opino** pela **inviabilidade** jurídica de se implementar qualquer pagamento à CENTRAD pela manutenção do empreendimento anterior à sua operação.

3.2 Sugiro, ainda, seja encaminhado ofício à CENTRAD reiterando que o Distrito Federal aguarda a implementação das medidas mitigadoras e a obtenção da Carta de Habite-se válida para se viabilizar o início de operação do empreendimento.

À superior consideração.

Brasília, 3 de maio de 2016.


WESLEY RICARDO BENTO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 18.566

RECEBIDO
DIGAB/PGDF
Data: 03/5/2016
Hora: 17:30

Telma

Folha n°	86
Processo n°	410.001153/2016
Rubrica:	Telma
Matrícula:	43182-6



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 410.001.153/2016
INTERESSADO: SEPLAG
ASSUNTO: Conservação Bem Público

MATÉRIA: Administrativa

Folha nº	87
Processo nº	410.001.153/2016
Rubrica:	<i>[assinatura]</i> Matrícula: 43182-6

APROVO O PARECER Nº 0353/2016 – PRCON/PGDF, exarado pelo
ilustre Procurador do Distrito Federal Wesley Ricardo Bento.

Em 06 / 06 /2016.

[assinatura]
JANAÍNA CARLA DOS SANTOS MENDONÇA
Procuradora-Chefe
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo¹. Restituam-se os autos ao Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Em 06 / 06 /2016.
[assinatura]
MÁRCIA CARVALHO GAZETA
Procuradora-Chefe de Gabinete
Em 06 / 06 /2016.

¹ Delegação de competência prevista no art. 1º, inciso IX, da Portaria PGDF nº 56, de 27 de fevereiro de 2014.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA ATIVIDADE CONSULTIVA
PRCON



Parecer n. 576 /2016-PRCON/PGDF
Processo nº **410.002.036/2016**
Interessado: **SEPLAG**
Assunto: **Designação Comissão**

Folha nº: 19 Mat.: 39.754-7
Processo nº: 410.002.036/2016
Rubrica: na

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA. CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL. COMISSÃO EXECUTORA. SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES. DÚVIDA SOBRE ATRIBUIÇÕES. LEI N. 8.666/93. LEI N. 11.079/2004. LEI DISTRITAL N. 3.792/2006. DECRETO N. 32.598/2010. PORTARIA N. 67/2013. PORTARIA N. 17/2015. PORTARIA CONJUNTA N. 11/2016.

1) As atribuições da Comissão Executora do CADF estão previstas na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e, subsidiariamente, no Decreto n. 32.598/2010, devendo eventuais dúvidas de competência serem suscitadas casuisticamente à autoridade superior.

2) Embora devam os membros da Comissão registrar eventuais discordâncias, dúvidas e até mesmo seu eventual despreparo para a função, não é lícito – por conta própria – suspender a execução das atividades para as quais foram designados, muito menos impor prazos ou condições para seu retorno, por afrontar os deveres previstos no art. 180, I, VI e XII da Lei Complementar n. 840/2011, decorrentes do princípio da hierarquia que comanda a Administração Pública, notadamente por não se estar diante de manifesta ilegalidade.

1. RELATÓRIO

1.1 Consulta-nos a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO sobre o “cabimento da informação de suspensão das atividades e do pedido de destituição da Comissão Executora ante o preceituado na Lei n. 11.079, de 2004 e na Lei distrital n. 3.792, de 2006”.

1.2 A indagação tem origem no documento de fls. 05/06, subscrito pelos integrantes da Comissão Executora do Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD, designados pela Portaria Conjunta n. 11/2016, de 14 de abril de 2016, dirigido ao Conselho Deliberativa do CADF.

1.3 No referido expediente, noticiam que *"nenhum dos membros da comissão possui qualificação técnica na área e nem possui experiência na execução de tais contratos"*, e que considerando existir *"unidade específica na estrutura da SEPLAG para cuidar do assunto Centro Administrativo do Distrito Federal, não está claro o que caberia a esta comissão"*.

1.4 Acrescentam que desde *"fevereiro de 2015 as obras do Centro Administrativo do Distrito Federal foram paralisadas"*, não *"há faturas sendo pagas e nem serviços sendo prestados a serem atestados"* e que, diante das determinações de correção no contrato, possuem o entendimento de *"não seria de nossa responsabilidade o saneamento de vícios contratuais já identificados pelos órgãos de controle e que vem sendo objeto de análise pela UPPP"*, vislumbrando, ainda, *"a possibilidade de sobreposição de tarefas e o risco de retrabalho em face das atividades desenvolvidas pela Unidade de Parceria Público Privada"*.

1.5 Concluem por sugerir que seja *"destituída a Comissão designada pela Portaria Conjunta n. 11/2016"* e, ainda, comunicam que *"as atividades desta comissão estão suspensas até a manifestação dos órgãos competentes acerca do que foi levantado neste documento"*.

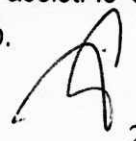
2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 O § 2º da Lei Distrital n. 3.792/2006, prevê:

"§ 2º A competência para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de parceria público-privada pertence às Secretarias de Estado e aos órgãos vinculados na contratação, nas suas respectivas áreas de competência, ou conforme designado pelo Governador."

2.2 À míngua de tratamento mais detalhado sobre a matéria na legislação distrital e na Lei n. 11.079/2004, pode-se aplicar – por analogia – o disposto no art. 67 da Lei n. 8.666/93, de seguinte conteúdo:

"Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição."


2

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes."

2.3 No âmbito do Distrito Federal, o **Decreto n. 32.598/2010** disciplina, com maior riqueza, as atribuições da Comissão de Execução de Contratos:

"Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa:

I – o valor da taxa de administração, quando for o caso;

II – o executor ou executores, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, bem como apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante.

§1º A supervisão técnica de contratos de obras será de competência do órgão contratante.

§2º A designação do executor e do supervisor técnico somente produzirá efeitos após a publicação do extrato de que trata o artigo 33 e do ato de designação e ciência dos mesmos.

§ 3º O executor de que trata o inciso II deste artigo representará a Administração na fiscalização e acompanhamento do contrato, devendo tal indicação recair sobre agente público ou comissão especialmente designados para tal atividade, que possuam qualificação técnica condizente com a complexidade e especificidade do objeto contratado.

§4º É facultada a indicação de um mesmo executor para até três contratos ou convênios, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, não sendo vedada a designação de mais de um executor para o mesmo convênio ou contrato.


3

§5º É da competência e responsabilidade do executor:

- I – verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço e Nota de Empenho;
- II – prestar, ao ordenador de despesa, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;
- III – dar ciência ao órgão ou entidade contratante, sobre:
 - a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;
 - b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;
- IV – atestar a conclusão das etapas ajustadas;
- V – prestar à unidade setorial de orçamento e finanças, ou equivalente, informações quanto ao andamento das etapas, para atualização do SIAC/SIGGo;
- VI – verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados; VII – remeter, até o 5º (quinto) dia útil do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante, ao órgão responsável pela supervisão técnica e à unidade setorial ou seccional de planejamento; VIII – receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica;
- IX – prestar contas, nos termos do artigo 46.

§6º O órgão central de contabilidade concederá senha ao executor de contrato ou convênio para acesso ao SIAC/SIGGo, para acompanhamento do respectivo pacto.

§7º A supervisão técnica de que trata este artigo consiste no acompanhamento das obras e serviços de engenharia, com o objetivo de assegurar a fiel execução do projeto.

 4

§8º A supervisão técnica não abrange os serviços de conservação, manutenção e reforma.

§9º Compete a cada ordenador de despesa analisar e atestar os reajustes de que trata o inciso II do §5º deste artigo, e à unidade setorial de orçamento e finanças manter atualizado o SIAC/SIGGo, nos termos do artigo 34.

§ 10 Os contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) terão como executor, obrigatoriamente, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente, ou comissão por estes composta.

§ 11 Não poderá ser nomeado executor ou membro de comissão executora aquele que exercer atividade incompatível com a fiscalização de contratos ou possuir relação de parentesco, até o terceiro grau, com sócio gerente ou administrador do contratado.

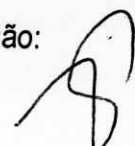
§ 12 É permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o executor ou a comissão executora no exercício de suas atribuições, quando comprovadamente necessário.

Art. 42. O órgão ou entidade, conveniente ou contratante, encaminhará:

- I – ao executor, cópia do contrato ou convênio, cronograma físico-financeiro, edital, proposta, projeto de obra ou serviço;
- II – ao órgão central do sistema de correição, auditoria e ouvidoria à unidade setorial de planejamento e ao órgão encarregado da supervisão técnica, cópia do convênio ou contrato e do cronograma físico-financeiro."

2.4 Especificamente em relação ao contrato de parceria público-privada envolvendo a CENTRAD, editou-se a **Portaria n. 67, de 18 de junho de 2013**, pela então Secretaria de Estado de Obras, designando comissão para o acompanhamento do contrato e estatuinto as seguintes atribuições:

"Art. 1º Discriminar a seguir as atribuições da Comissão:

 5

I- Prestar Assessoria Técnica ao Gestor do Contrato de Parceria Público-Privada tratada na citada Portaria, no que se refere à execução física da obra;

II- Elaborar relatório referente à situação atual da obra, com base na compatibilidade com o Projeto Executivo aprovado, demonstrando o seu atual estágio físico;

III- Realizar vistorias periódicas na obra e elaborar relatórios mensais de acompanhamento da mesma, com base na compatibilidade com o Projeto Executivo aprovado, contendo o seu estágio físico e fatos julgados pertinentes;"

2.5 A referida Portaria foi substituída pela **Portaria n. 17, de 3 de março de 2015**, do então Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, que além de indicar novos componentes da Comissão, restringiu suas atribuições:

"Art. 2º Discriminar a seguir as atribuições da Comissão:

I - Prestar Assessoria Técnica ao Gestor do Contrato de Parceria Público-Privada no que se refere à execução física da obra;

II - Realizar vistorias periódicas na obra e elaborar relatórios mensais de acompanhamento da mesma, contendo o seu estágio físico e fatos julgados pertinentes."

2.6 Já a **Portaria Conjunta n. 11, de 14 de abril de 2016** (fls. 13) indicou novos membros para a Comissão, mas não descreveu suas atribuições, pelo que se pode concluir permanecerem válidas aquelas descritas na **Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, que não foi** – no ponto – expressa ou tacitamente revogada, estando em harmonia com as competências genericamente previstas no **Decreto n. 32.598/2010**.

2.7 Portanto, não é correto afirmar que são desconhecidas as atribuições da Comissão, pois elas estão expressamente previstas na Portaria n. 17/2015 e no Decreto n. 32.598/2010 e **não abrangem**, obviamente, **as correções** contratuais e as **decisões** políticas que devam ser adotadas, tampouco se confundem com as atribuições da UPPP.

2.8 Aliás, o § 2º do art. 67 da Lei n. 8.666/93 é taxativo ao prescrever que: "As *decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes*".



2.9 Enquanto houver vigência o contrato celebrado pelo Distrito Federal com a CENTRAD, deverá existir um representante da administração – como a comissão designada – para fiscalizar o cumprimento do contrato, ainda que nesta fase inicial as obras estejam paralisadas (a Comissão deve reportar periodicamente a situação) e não haja prestação de serviços.

2.10 O órgão consulente deve se certificar de que os agentes públicos designados possuem condições técnicas de desempenhar suas funções nesta fase do empreendimento e, se o caso, substituí-los à medida que a execução do contrato exija maiores conhecimentos (prestação de serviços, avaliação de desempenho, etc), sem perder de vista a possibilidade de contratação de consultoria especializada para **auxiliar** o representante da Administração (art. 67 da Lei n. 8666/93).

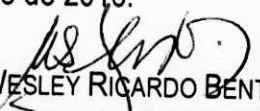
2.11 Embora devam os membros da Comissão registrar eventuais discordâncias, dúvidas e até mesmo seu eventual despreparo para a função, **não é lícito** – por conta própria – suspender a execução das atividades para as quais foram designados, muito menos impor prazos ou condições para seu retorno, por afrontar os deveres previstos no art. 180, I, VI e XII da Lei Complementar n. 840/2011, decorrentes do **princípio da hierarquia** que comanda a Administração Pública, notadamente por não se estar diante de manifesta ilegalidade.

3. CONCLUSÃO

3.1 Ante o exposto, **opino**: a) é **irregular** a suspensão das atividades da Comissão, sem decisão de autoridade superior; b) as atribuições da Comissão estão previstas na Portaria n. 17, de 3 de março de 2015, e subsidiariamente, no Decreto n. 32.598/2010, devendo eventuais dúvidas de competência serem suscitadas casuisticamente à autoridade superior; c) o órgão consulente deve verificar, periodicamente, as condições técnicas dos integrantes da Comissão para a execução das atividades que lhe são pertinentes, providenciando as substituições necessárias; e d) enquanto estiver vigente o contrato administrativo, deve existir representante da Administração formalmente designado para seu acompanhamento.

À superior consideração.

Brasília, 30 de junho de 2016.


WESLEY RICARDO BENTO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 18.566



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 410.002.036/2016
INTERESSADO: SEPLAG
ASSUNTO: Designação comissão
MATÉRIA: Administrativa

Folha nº: 48
Mat: 30.754-7
Processo nº: 410002036/2016
Rubrica: LA

APROVO O PARECER Nº 0576/2016 – PRCON/PGDF, exarado pelo
ilustre Procurador do Distrito Federal Wesley Ricardo Bento.

Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta
condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira
responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações
constantes do opinativo.

Em 09 / 08 /2016.

Fabiola de Moraes Travassos
FABÍOLA DE MORAES TRAVASSOS
Procuradora-Chefe (em substituição)
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo. Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de
Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, para conhecimento e
adoção das providências pertinentes.

Em 11 / 08 /2016.

Karla Aparecida de Souza Motta
KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos do Consultivo



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DA ATIVIDADE CONSULTIVA
PRCON




Parecer n. **625** /2016-PRCON/PGDF
Processo nº **410.002.237/2016**
Interessado: **GDF**
Assunto: **Pagamento Fatura**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PPP. CADF. PAGAMENTO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE.

1. Enquanto não entrar em operação o CADF, nenhum valor é devido pelo DISTRITO FEDERAL à Concessionária, cabendo a ela, por sua conta, manter as instalações em condições de serem entregues em perfeito estado de funcionamento (item 12.1.5) ao DF no momento contratualmente previsto (item 14.5.9.2), inclusive o pagamento das faturas de energia elétrica.

Parecer **APROVADO** pelo Exmo. Sr.
Procurador-Geral do DF, em **13/08/2016**,
pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em

1/20

folha nº **63**
Processo nº **410.002.237/2016**
Rubrica  Montado: **322.146-X**

1. RELATÓRIO

Consulta-nos a **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL** sobre a "legalidade dos pagamentos das contas de energia elétrica relativos ao CADF, com fundamento nas Cláusulas 6.8.4, 12.1.25 e 14.5.9 do Contrato de Concessão Administrativa, e o Anexo 27 do Edital de Licitação".

Instada a se manifestar, a zelosa Assessoria Jurídico-Legislativa do órgão consultante, no Memorando n. 139/2016-AJL/SEPLAG (fls. 54/55) concluiu que o "pagamento das contas de energia elétrica relativos ao CADF pelo Distrito Federal estão dentro da legalidade, bem como recomenda que esta Secretaria persista nos pagamentos em comento".

A Unidade de Parceria Público-Privada (fls. 56/61), no entanto, obtemperou que a AJL não se manifestara "acerca do disposto na Cláusula 14.5.9, que versa que os pagamentos inerentes ao CADF apenas serão efetuados pelo Governo do Distrito Federal após o início da operação do CADF".

SAIN, Bloco "I", Brasília – Distrito Federal – CEP 70.620-000
Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, 1º andar
Telefone: (61) 3325-3330

Consignou, ainda, não se ter esgotado o "argumento de que a Cláusula 12.1.25 que o Contratante assume os riscos inerentes ao consumo de energia elétrica apenas depois do início da operação do Centro Administrativo".

2. FUNDAMENTAÇÃO

Como se sabe, ainda não ocorreu a válida entrega das obras do CADF ao Distrito Federal porque a **Cláusula 14.5.9.2** do contrato prevê que após "a expedição da carta de 'habite-se' pela CONTRATADA, o CONTRATANTE será imediatamente notificado para imitir-se na posse do CADF no prazo de até 30 (trinta) dias".

A expedição do 'habite-se' ocorrera no apagar das luzes do ano de 2014 e, ainda assim, com atropelo das regras vigentes e contrariando decisão judicial, tanto que o referido ato **foi logo anulado em 09/02/2015** por decisão proferida nos autos do Processo n. 2014.01.1.161493-2, confirmada no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2015.00.2.005753-4.

O empreendimento igualmente não é autêntico patrimônio público gerido e mantido pelo DISTRITO FEDERAL, pois como é próprio dos contratos dessa espécie, somente ao término da concessão é que a obra implantada será revertida ao Poder Concedente, após se ter quitado a parcela de amortização inserida na contraprestação (item 28.1 do contrato).

Diante da renitência da CENTRAD em executar as medidas mitigadoras indicadas no Relatório de Impacto de Trânsito, cuja incumbência contratual lhe toca segundo apontado no Parecer n. 007/2016-PRCON/PGDF, torna-se inviável a expedição de novo Habite-se e, por sua responsabilidade, também inviável a imissão na posse do bem pelo DISTRITO FEDERAL.

O fornecimento de energia é obrigação da Concessionária (que a adquirirá da CEB), tanto que o valor a ser apurado sequer depende do efetivo consumo, **mas já está contemplado na proposta econômica da SPE.**

Leia-se, a propósito, a cláusula 12.1.25 do contrato:

"12.1.25 O valor referente ao consumo de energia elétrica e de abastecimento de água e coleta de esgotos será considerado como risco da CONTRATADA e para sua definição será observado o seguinte:"

Relatório nº

64

Processo nº

410.002.237/2016

Fls.

227

227.146-X

2

E, ainda, o subitem 12.1.25.1:

"12.1.25.1 Considerado como integrante do valor do contrato de PPP, até o valor limite estabelecido no ANEXO 14 deste Contrato (ANEXO 27 DO EDITAL), por critérios que reflitam o atual consumo médio homem/hora, hipótese em que deverá:

a1) ser previsto na PROPOSTA ECONÔMICA para todos os fins, inclusive definição do valor da parcela variável da contraprestação;

a2) retido pelo CONTRATANTE e pago diretamente às respectivas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de abastecimento e coleta de esgotos;"

Obviamente que a retenção prevista na alínea a2 não transforma o Poder Concedente em consumidor porque a previsão **apenas pretende garantir que o pagamento efetivamente seja providenciado**. Aliás, se a obrigação fosse mesmo do Poder Público, não caberia falar em **retenção** do valor da contraprestação devida à concessionária, mas em obrigação autônoma.

A disciplina do contrato, portanto, é clara em estabelecer que o **consumidor** da energia elétrica fornecida pela CEB é a SPE, que a insere como insumo no **serviço prestado** ao Poder Público (operação e manutenção do complexo) e o valor da fatura será, **quando o CADF estiver em operação e as contraprestações estiverem sendo pagas à CENTRAD**, retido – apenas retido – do valor da contraprestação e pago diretamente pelo Contratante.

Enquanto não entrar em operação o CADF, nenhum valor é devido pelo DISTRITO FEDERAL à Concessionária, cabendo a ela, por sua conta, manter as instalações em condições de serem entregues em perfeito estado de funcionamento (item 12.1.5) ao DF no momento contratualmente previsto (item 14.5.9.2).

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, **opino** no sentido de que a **contratação da CEB** e o pagamento das faturas antes de o Distrito Federal tomar a posse da construção devem ser suportados pela Concessionária. Após a imissão na posse, o Distrito Federal providenciará apenas o pagamento das faturas, mediante retenção do valor na contraprestação devida à Concessionária.

Folha nº

65

Processo nº

410.002.233/2016

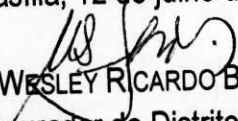
Protocolo nº


227.146-X

Sugiro ao órgão consulente que notifique a Concessionária para, em prazo razoavelmente fixado, providenciar a contratação da CEB para fornecimento da energia elétrica ao complexo (ou substituir o DF no contrato já existente) e passar a pagar as faturas respectivas, bem assim reembolsar o Distrito Federal pelos valores já desembolsados.

À superior consideração.

Brasília, 12 de julho de 2016.


WESLEY RICARDO BENTO
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF n. 18.566

Folha nº 66
Processo nº 410.002.277/2016
Rubrica:  227.146-X



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 410.002.237/2016
INTERESSADO: GDF
ASSUNTO: Pagamento fatura
MATÉRIA: Administrativa

Folha nº	67
Processo nº	410.002.237/2016
Rubrica:	<i>[assinatura]</i> Matrícula: 43162-6

APROVO O PARECER Nº 0625/2016 – PRCON/PGDF, exarado pelo ilustre Procurador do Distrito Federal Wesley Ricardo Bento.

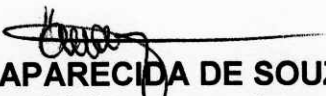
Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

Em 22 / 08 /2016.


JANAÍNA CARLA DOS SANTOS MENDONÇA
Procuradora-Chefe
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo. Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Em 23 / 08 /2016.


KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA
Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos do Consultivo